

REVISTA
DESAFIOS

ISSN: 2359-3652

V.11, n.6, DEZEMBRO/2024 – DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/2024 dez 18893>

**PREJUÍZOS GERADOS PELO MODELO DE AVALIAÇÃO
DA CAPES NA ÁREA DA BIODIVERSIDADE**

*LOSSES CAUSED BY THE EVALUATION MODEL OF CAPES IN
THE BIODIVERSITY AREA*

*PREJUCIOS GENERADOS POR EL MODELO DE EVALUACIÓN
DE LA CAPES EN EL ÁREA DE BIODIVERSIDAD*

Fernando Mayer Pelicice:

Professor do curso de Ciências Biológicas e do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação (PPGBec). Universidade Federal do Tocantins. E-mail: fmpeicice@mail.uft.edu.br | Orcid.org/0000-0002-9700-1194.

Artigo recebido em 08/03/2024 – aprovado em 23/08/2024 – publicado em 16/12/2024

Como citar este artigo:

Pelicice, F. M. PREJUÍZOS GERADOS PELO MODELO DE AVALIAÇÃO DA CAPES NA ÁREA DA BIODIVERSIDADE. *DESAFIOS - Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins*, 11(6). <https://doi.org/10.20873/2024 dez 18893>.

RESUMO

Existe amplo descontentamento entre docentes e discentes de Programas de Pós-Graduação na Área da Biodiversidade com o processo avaliativo da Capes. Para formalizar uma crítica, escrevi este ensaio com o objetivo de analisar os aspectos negativos e prejuízos associados ao processo, com destaque para a formação discente, que perdeu sua relevância; o amplo descolamento das demandas nacionais e regionais; a indução de assimetrias entre programas; o desprezo pela atuação docente; o emprego de metodologias complexas, desnecessárias e deficientes; a indução de distorções na pesquisa científica nacional; o estímulo a más práticas; a atribuição de conceitos artificiais de excelência; e a ampla degradação da saúde mental da comunidade acadêmica. Existem muitas razões para se preocupar com os prejuízos gerados, pois o modelo avaliativo vigente não avalia o processo formativo, enquanto tem contribuído para criar um ambiente acadêmico tóxico, gerando distorções, injustiças e malefícios. Romper com este processo exigirá coragem e mobilização dos programas, pois envolve burocracia estatal, controle, status quo e elitismo. A mudança, entretanto, é necessária, no sentido de tornar o processo avaliativo mais simples, compreensível e significativo, com potencial real de contribuir para o crescimento, universalização e democratização da Pós-Graduação em Biodiversidade no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Botânica, Doutorado, Ecologia, Mestrado, Qualis, Zoologia

ABSTRACT:

Dissatisfaction is rampant among professors and students of graduate courses against the evaluation process held by Capes in the Biodiversity Area. To formalize a critique, I wrote this essay with the aim of analyzing negative aspects and losses associated with this process, with emphasis on student education, which has lost its relevance; the broad decoupling of national and regional demands; the induction of asymmetries among courses; contempt for teaching activities; the use of complex, unnecessary and deficient methodologies; the induction of distortions in national scientific research; encouragement of bad practices; the attribution of artificial concepts of excellence; and the widespread degradation of mental health. There are many reasons to be concerned about the losses generated, as the current model does not evaluate educational aspects, while it has contributed to creating a toxic academic environment, generating distortions, injustices and damage. Breaking with this process will require courage and mobilization, as it involves state bureaucracy, control, status quo and elitism. Change, however, is necessary, in order to make the evaluation process simpler, more understandable and meaningful, with real potential to contribute to the growth, universalization and democratization of Biodiversity graduate courses in Brazil.

KEYWORDS: Botany, Doctorate, Ecology, Master, Qualis, Zoology

RESUMEN

Existe un descontento generalizado entre profesores y estudiantes de Programas de Postgrado en el Área de Biodiversidad con el proceso de evaluación de la Capes. Para formalizar una crítica, escribí este ensayo con el objetivo de analizar los aspectos negativos y prejuicios generados por el proceso, con énfasis en la formación de los estudiantes, que ha perdido relevancia; el amplio desacoplamiento de las demandas nacionales y regionales; la inducción de asimetrías entre programas; desprecio por las actividades docentes; el uso de metodologías complejas, innecesarias y deficientes; la inducción de distorsiones en la investigación científica nacional; fomentar malas prácticas; la atribución de conceptos artificiales de excelencia; y la degradación generalizada de la salud mental de la comunidad académica. Hay muchas razones para preocuparse por estos prejuicios, pues el modelo actual no cumple con los propósitos educacionales, al tiempo que ha contribuido a crear un ambiente académico tóxico, generando distorsiones, injusticias y daños. Romper con este proceso requerirá esfuerzo y movilización de programas, ya que implica burocracia estatal, control, status quo y elitismo. Sin embargo, el cambio es necesario para que el proceso de evaluación sea más simple, más comprensible y más significativo, con potencial real para contribuir al crecimiento, la universalización y la democratización de los estudios de posgrado en Biodiversidad en Brasil.

Palabras clave: *Botánica, Doctorado, Ecología, Maestría, Qualis, Zoología*

INTRODUÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) assumiu enorme protagonismo na consolidação da Pós-Graduação (PG) brasileira. A agência tem desempenhado papel central na gestão, organização, certificação e fomento dos programas, como pode ser atestado pelo crescente número de Programas de Pós-Graduação (PPGs) e investimento na forma de recursos e bolsas (<https://sucupira-beta.capes.gov.br/sucupira4/>). A importância da agência é ainda maior pelo contexto educacional brasileiro, marcado pelo péssimo desempenho da Educação Básica em ranks mundiais, pelo acesso desigual da população à educação superior, além da desigualdade econômica e social que persiste no país.

A despeito dessa conjuntura positiva, é crescente a percepção de que a PG brasileira está passando por um momento de crise (JORNAL DA UNICAMP, 2024), precipitada por múltiplos fatores (ANDRADE, 2024). O processo avaliativo empregado pela Capes, em particular, tem motivado muitas críticas e debates, especialmente porque ele baliza o perfil, gestão, desempenho e qualificação dos PPGs. A avaliação da PG sempre foi preocupação central da agência, mas a obsessão pela perfeição, metrificação, quantificação e cultura produtivista fizeram com que o processo avaliativo produzisse uma série de distorções, desigualdade e prejuízos. É fácil encontrar manifestações da comunidade acadêmica em desagravo ao processo avaliativo (*e.g.*, SAUL, 2002; ROCHA-E-SILVA, 2009; CAMPOS et al., 2014; SILVA et al., 2014; TOURINHO e PALHA, 2014; O GLOBO, 2017; PATRUS et al., 2018; SALLES, 2020; FERREIRA, 2023), incluindo manifestação da Academia Brasileira de Ciências (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2018). Na Área da Biodiversidade, em especial, existe amplo descontentamento entre docentes e discentes, embora o clamor por mudança venha se perdendo em reuniões, corredores e grupos de conversa.

Diante da necessidade de melhorar a compreensão das principais deficiências associadas ao processo avaliativo da Capes na Área da Biodiversidade, procurei, neste ensaio, organizar argumentos para formalizar uma análise crítica. Em particular, analiso uma série de aspectos negativos associados ao processo avaliativo, no intuito de investigar as possíveis falhas, contradições, distorções e prejuízos. O intento deste ensaio é motivar os docentes, discentes e gestores a refletirem abertamente sobre estes problemas. Parte dos subsídios para esta análise vêm de meu envolvimento com PPGs, o que inclui mais de 15 anos de trabalhos em coordenação de programa, além da atuação como docente, pesquisador e orientador, com ampla colaboração com diversos PPGs do país.

OS OBJETIVOS DA PG E O ATUAL MODELO DE AVALIAÇÃO

Por ser um processo educacional formal, a missão da PG se relaciona diretamente com a formação de cidadãos e profissionais. Espera-se que a formação ofereça aos estudantes oportunidades de desenvolvimento, consciência crítica, autonomia e capacidade técnica, de modo a atuarem com responsabilidade e excelência nas suas respectivas áreas de formação, seja no exercício da docência, pesquisa, extensão, gestão, ou qualquer outra atuação profissional. Este processo deve gerar resultados diretos: (i) para o estudante, ao conferir desenvolvimento individual e maior sucesso profissional; (ii) para o PPG, ao cumprir com a missão de formação de recursos humanos, produção de conhecimentos, e geração de produtos técnicos e intelectuais; e (iii) para a sociedade, ao fortalecer o quadro de profissionais para atuação nas demandas sociais, econômicas e ambientais. Essa concepção, de maneira geral, é o espírito da lei que disciplina a educação escolar no país (Lei N° 9.394, 20 de dezembro de 1996), quando trata dos Princípios e Fins da Educação Nacional.

O atual processo avaliativo na Área da Biodiversidade, entretanto, encontra-se amplamente descolado de aspectos educacionais, de formação ou impacto social, pois tem como foco os produtos intelectuais gerados pelo PPG. A formação do profissional e seu potencial impacto na sociedade têm pouca relevância, sendo coadjuvantes no processo avaliativo. O cálculo de múltiplas métricas associadas à quantidade e qualidade da produção intelectual baliza a avaliação, enquanto que outros quesitos, tais como corpo docente, orientações, disciplinas, infraestrutura, destino dos egressos e outras atividades formativas, apresentam pouco ou nenhum valor. Na ficha de avaliação da Biodiversidade, nota-se que, com exceção dos quesitos do Programa, quase todos os demais conversam com métricas quantitativas de produção científica (publicação de artigos), mesmo aqueles relacionados à formação discente e impacto social (Tab. 1).

Pode-se argumentar que quesitos mais qualitativos e não relacionados com a produção ganharam espaço na ficha de avaliação da Biodiversidade, o que é fato (Tab. 1). No entanto, apresentam pouco ou nenhum poder na atribuição do conceito do curso – mesmo que somem percentuais razoáveis da ficha (e.g., DINIZ-FILHO, 2023); na prática, eles não têm importância na decisão sobre a nota do PPG. Programas muito bem avaliados nestes quesitos não sobem de conceito se a produção científica for limitada ou de baixa qualificação de acordo com os critérios da agência (*i.e.*, sistema Qualis). Os programas mais bem avaliados ou que sobem de conceito são aqueles que publicam muitos artigos com Qualis elevado; os programas mal avaliados são aqueles que publicam menos e em Qualis baixo. O conceito de um PPG é determinado pela produção de artigos Qualis A, sobretudo aqueles com participação discente. Quem tem

atuado na PG nos últimos 15 anos está habituado a este cenário, pois assim tem sido nos quatro últimos ciclos avaliativos.

A valorização da produção intelectual, especificamente a publicação de artigos em revistas científicas de Qualis elevado, reflete o viés produtivista do modelo de avaliação, calcado na cultura *publish or perish* e suas variações mais qualitativas (TOURINHO e PALHA, 2014; ZUIN e BIANCHETTI, 2015; ROTHEN et al., 2022). Cientes deste quadro, os PPGs têm buscado planejamentos e artifícios para atender aos rigorosos critérios de produção estabelecidos pela Área da Biodiversidade. Esta posição se tornou obsessiva entre coordenadores de PPGs, e tem sido, inclusive, a recomendação formal das autoridades envolvidas no processo avaliativo, o que inclui a coordenação da área, avaliadores e consultores – algo abertamente tratado em encontros, visitas e reuniões, incluindo a Reunião de Meio Termo. Para atender aos critérios de produção, estabeleceu-se forte regime de pressão sobre a comunidade acadêmica, de modo que a cobrança central sobre os discentes se concentra na publicação das teses e dissertações, enquanto que sobre os docentes, se concentra na produção de artigos Qualis A com participação discente.

Tabela 1 - Resumo da Ficha de Avaliação da Área da Biodiversidade adotada no quadriênio 2017-2020, com a indicação dos quesitos que são avaliados com métricas quantitativas de produção intelectual (número de artigos publicados e/ou seu impacto)

Quesitos	Métricas de produção
1 – PROGRAMA	
1.1 Proposta do programa	
1.2 Perfil do corpo docente	
1.3. Planejamento estratégico do programa	
1.4. Autoavaliação do programa	
2 – FORMAÇÃO	
2.1. Qualidade e adequação das teses e dissertações	X
2.2. Qualidade da produção intelectual de discentes e egressos	X
2.3. Destino, atuação e avaliação dos egressos	
2.4. Produção intelectual do corpo docente	X
2.5 Corpo docente nas atividades de formação	
3 - IMPACTO NA SOCIEDADE	
3.1. Impacto e caráter inovador da produção intelectual	X
3.2. Impacto econômico, social e cultural	X
3.3. Internacionalização, inserção e visibilidade	X

Fonte: Elaboração do próprio autor.

A desconsideração das atividades formativas, aliada com a hipervalorização de produtos intelectuais e o emprego de procedimentos e metodologias de alta complexidade, têm contribuído decisivamente para a geração de desconforto, distorções, e prejuízos ao pessoal envolvido com PPGs na Área da Biodiversidade. Este quadro é preocupante, pois o atual modelo deixou de cumprir com os fins de avaliação da formação discente, ao mesmo tempo que tem contribuído para criar um ambiente acadêmico tóxico, com uma série de passivos às atividades acadêmicas, científicas e sociais. No intuito de examinar este cenário e suas consequências, a seguir analiso uma série de aspectos negativos (Tab. 2) associados a avaliação da Capes na Área da Biodiversidade.

Tabela 2 - Aspectos negativos associados a avaliação da Capes na Área da Biodiversidade, os quais têm gerado desconforto, distorções e prejuízos para a comunidade acadêmica

	Aspectos negativos
Avaliação da Capes na Área da Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> A formação discente não tem importância Desvio de finalidade, valores e objetivos Descolamento da realidade nacional Descolamento das demandas regionais Elitismo e impulso à assimetria e desigualdade Desprezo pela atuação docente Metodologia deficiente Distorções na produção científica Desqualificação de periódicos científicos consagrados Estímulo às más práticas acadêmicas Complexidade desnecessária Metodologia pouco científica Insegurança nos procedimentos Conceitos artificiais de excelência Burocracia exagerada Degradação da saúde mental

Fonte: Elaboração do próprio autor.

ASPECTOS NEGATIVOS DO PROCESSO AVALIATIVO E SEUS PREJUÍZOS

1. A formação discente não tem importância

Esta é a mais óbvia deficiência do processo. A avaliação é calcada em uma série de métricas quantitativas atreladas à produção intelectual do PPG, e não na formação do discente. A publicação de artigos em revistas científicas é o critério que baliza o conceito do PPG, portanto, por mais que se calcule dezenas

de métricas diferentes, elas dizem respeito essencialmente à quantidade e qualidade dos artigos publicados. Como exemplos paradigmáticos, a Ficha de Avaliação (Tab. 1) avalia a Formação (item 2) considerando a qualidade e adequação das teses pelo número de artigos A1-B3 publicados, e o Impacto na Sociedade (item 3) pelo quantitativo de artigos A1 e A2. Com os critérios correntes, um conceito elevado (5 a 7) significa, primordialmente, que o PPG publica muitos artigos em revistas de Qualis elevado. Sob esta lógica, o objetivo da avaliação dos PPGs em Biodiversidade se concentra na mensuração da produção intelectual, e não na avaliação da formação discente. Não se coloca em dúvida aqui a formação oferecida pelos cursos; porém, o modelo não a avalia. Interpretar aspectos da produção como indicadores da formação pode ter algum sentido (DINIZ-FILHO, 2023), mas este raciocínio tem limites, e tem criado uma série de efeitos colaterais (ver demais itens abaixo). A PG está sendo vista, pela avaliação, como um centro de pesquisa, e não como uma unidade de formação.

2. *Desvio de finalidade, valores e objetivos*

A pressão pela publicação de artigos tem alimentado uma cultura produtivista irrefletida, que vê a produção como um fim em si mesma. Esta perspectiva estimula a obsessão por métricas associadas ao volume e qualidade das publicações (ZUIN e BIANCHETTI, 2015), como número de artigos, fator de impacto, Qualis, citações, fator H, dentre outros. Neste ambiente, a pesquisa científica deixa de ter como finalidade a geração de saberes, conhecimentos, avanços e soluções para a sociedade, para se tornar um mecanismo de performance e competição (ROTHEN et al., 2022), gerador de produtos para alimentar relatórios e currículos. A atuação docente tem sido remodelada, com efeitos perenes na formação discente e de seus valores, bem como na cultura acadêmica. A obsessão pela produção se tornou o *modus operandi* de docentes e discentes, e muitos exemplos ilustram como a rotina de PPGs gira em torno da produção: o crescente uso de disciplinas como meio de preparação de manuscritos; a obrigatoriedade da submissão ou publicação de artigos como requisito para a defesa ou obtenção do diploma; teses escritas em formato de artigo; bancas avaliadoras que analisam apenas o artigo a ser publicado; fraco envolvimento de docentes na gestão acadêmica (e.g., comissões e coordenação de curso). Em todos os casos, o objetivo final é a produção, e não a formação.

3. *Descolamento da realidade nacional*

A avaliação não preza pelo significado científico e social da produção intelectual. A publicação de um artigo A1 vale mais do que qualquer outra ação do PPG. Este critério é problemático, a considerar que o tecido social e ambiental

do país se encontra deteriorado. O país tem demandas claras para o pessoal formado pela área da Biodiversidade, as quais se traduzem em degradação ambiental, perda de espécies, manejo e conservação dos recursos, políticas de sustentabilidade, educação e divulgação, dentre muitas outras questões (e.g., PELICICE, 2019; AZEVEDO-SANTOS et al., 2021). A produção científica é fundamental para o progresso de uma nação – ninguém discordaria disso; mas ela representa uma das etapas da organização de uma sociedade científica, e apenas uma consequência da missão da PG.

4. Descolamento das demandas regionais

É desnecessário enfatizar a complexidade geográfica do país, manifesta em uma heterogeneidade de condições, demandas e conflitos sociais, econômicos e ambientais. Mesmo latentes, estas nuances são ignoradas pelo modelo de avaliação, que aplica uma mesma metodologia e compara todos os PPGs como se participassem de uma mesma realidade (e.g., PELICICE, 2020). Nisso, a cobrança e expectativa sobre todos os PPGs é a mesma (i.e., produção de artigos), independentemente de sua vocação natural e outras excelências. Esta abordagem afasta os PPGs das demandas regionais, onde teriam maior potencial em oferecer respostas e soluções palpáveis à sociedade. A supervalorização de um artigo A1 pode parecer aceitável para PPGs consolidados da região Sudeste, mas seu significado fica esvaziado em regiões remotas do semiárido nordestino ou da Amazônia – onde a formação de um profissional hábil em resolver conflitos sociais, ou transferir conhecimentos para a população, pode fazer toda a diferença. O melhor que o PPG pode oferecer, de acordo com sua vocação e a realidade subjacente, não contam na avaliação.

5. Elitismo e impulso à assimetria e desigualdade

O foco na publicação de artigos em revistas qualificadas coloca em vantagem as universidades já consolidadas, geralmente mais antigas e/ou localizadas em grandes centros, com produção científica bem estabelecida, ampla infraestrutura, acesso à recursos (e.g., fundações de amparo à pesquisa), e quadro de docentes que cultiva e perpetua a tradição produtivista. Estas universidades são a vanguarda da produção científica, e por isso possuem PPGs muito bem alinhados com os critérios de produção – usualmente aquelas com conceito > 5. Ignorar este cenário e comparar PPGs em contextos completamente diferentes, especialmente aqueles localizados em regiões desfavorecidas em termos socioeconômicos, cria distorções desleais. Porém, o modelo de avaliação faz exatamente isso, pois é comparativo. Cursos cujo quadro docente tem limitações de produtividade (por qualquer razão) estão fadados à estagnação, declínio ou fechamento, mesmo que cumpram muito bem a missão de formação de profissionais para atendimento de demandas regionais. Esta situação foi

agravada sobremaneira com as novas regras de fomento estabelecidas pela Capes em 2020, que interromperam a concessão de bolsas e recursos para PPGs que receberam três conceitos 3 consecutivos. Esta punição sufocou lentamente cursos com perfil docente menos produtivo, via de regra inseridos em cenários onde o fomento é imprescindível (e.g., PELICICE, 2020). Nisso, a avaliação tem fortalecido elites científicas, alimentado a fantasia da meritocracia, e contribuído para enfraquecer a universalização da PG no país, com efeitos potencias no processo de democratização e acesso.

6. Desprezo pela atuação docente

Docentes que não mantêm certos níveis de produção não se encaixam nas exigências dos PPGs em Biodiversidade. Docentes com este perfil não são credenciados, mesmo que mantenham produção modesta ou razoável, e que sejam excelentes em funções vitais como orientação, disciplinas, projetos, colaboração, extensão, comunicação e gestão. Este desprezo pela atuação docente, incluindo aqueles com forte desejo de atuar em PPGs, tem criado constrangimentos, cisões e disputas entre colegas. Esta realidade é universal, mas se traduz como forte limitação aos PPGs em consolidação localizados fora dos grandes centros, onde a massa crítica docente é menor, menos inserida na cultura produtivista, e muitas vezes comprometida com questões regionais. Nestes casos, compor o núcleo permanente do PPG é tarefa árdua, pois grande parte dos docentes não atende ao perfil da ficha de avaliação. O desprezo pela atuação docente, além de constrangedor e sem sentido, é provavelmente o maior entrave para o progresso dos PPGs no interior do país, onde os cursos se organizam academicamente, mas encontram barreiras para alavancar a produção nos níveis dos programas consolidados. Tira-se disto que a avaliação na Área de Biodiversidade busca por pesquisadores, não por docentes.

7. Metodologia deficiente

A avaliação da produção dos PPGs tem como metodologia principal o sistema Qualis, que ranqueia as revistas pela aplicação de uma série de metodologias, buscando uma escala de qualidade (BARATA, 2016). Este sistema tem sido muito criticado desde sua criação (e.g., ROCHA-E-SILVA, 2009); passou por muitos ajustes de metodologia ao longo das décadas, o que implicou, recentemente, em propostas mais radicais (i.e., Qualis único). A verdade é que esse critério de ranqueamento das revistas tem gerado distorções severas e sem qualquer sentido prático. Por exemplo, na lista Qualis 2017-2020, é fácil encontrar centenas de revistas pobremente indexadas, sem fator de impacto e/ou inserção internacional, mas classificadas no estrato A1 ou A2 (Tab. 3). Paralelamente, é fácil encontrar centenas de revistas consagradas da área da

Biodiversidade, com fator de impacto, indexação, inserção internacional, tradição e/ou significado para sua respectiva área, mas classificadas no estrato B (Tab. 4) – juntamente com uma série de revistas tradicionais brasileiras e sul-americanas (Tab. 5). É muito difícil justificar metodologicamente estas distorções se o objetivo da ferramenta é justamente medir a qualidade da revista com significado para a área da Biodiversidade. Esta metodologia tem criado listas artificiais, de pouco ou nenhum significado real, mas que tem sido imposta, seguida e causado grande confusão na comunidade acadêmica (ver a seguir).

8. Distorções na produção científica

A cobrança por publicações com Qualis elevado favorece o aparecimento de más práticas com o objetivo de atender aos critérios da área. A cultura do Qualis (i.e., escolha de revistas pelo Qualis) tem feito com que docentes e discentes publiquem seus trabalhos em periódicos inadequados, desconsiderando critérios de afinidade, escopo, tradição, reputação e visibilidade. Tem sido comum que estudos sejam publicados em periódicos alternativos, por vezes fora da área mãe, mas que momentaneamente estejam classificados em altos estratos do Qualis – uma tendência que se tornou ainda mais forte com a adoção do Qualis único. Este comportamento tira todo o sentido da produção científica, pois não se orienta pelo avanço no conhecimento, relevância da descoberta, público-alvo ou canal de divulgação, mas simplesmente cumpre o objetivo de produzir produtos de Qualis elevado. A cultura do Qualis está amplamente consolidada, a julgar pelo comportamento dos docentes e discentes, bem como pelo fato deste sistema, feito para a avaliação da PG (i.e., BARATA, 2016), estar difundido em atividades fora da PG (e.g., concursos, processos seletivos, progressão docente).

Tabela 3 - Exemplos de periódicos científicos com fraca inserção na área da Biodiversidade, não indexados na base *Web of Science*, sem fator de impacto, mas classificadas nos estratos A1 ou A2 do Qualis 2017-2020. Dados obtidos em <https://sucupira.capes.gov.br/> (Acesso em 03/10/2023)

Títulos	Títulos
ACTA GEOGRÁFICA	PRINCIPIA
ALEXANDRIA	RA'E GA: O ESPAÇO GEOGRÁFICO EM ANÁLISE
ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA	RBPG - REVISTA BRASILEIRA DA PÓS-GRADUAÇÃO
ARETÉ	REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ARGUMENTOS: REVISTA DE FILOSOFIA	REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS
AVALIAÇÃO: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	REVISTA COCAR
CADERNO DE GEOGRAFIA	REVISTA CONEXÕES - CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA	REVISTA CONTINENTES
CADERNOS DO LEPAARQ	REVISTA DA CASA DA GEOGRAFIA DE SOBRAL
CAMINHOS DE GEOGRAFIA	REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL
CIÊNCIA & EDUCAÇÃO	REVISTA DE GEOCIÊNCIAS DO NORDESTE
CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA	REVISTA DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
CIÊNCIA E AGROTECNOLOGIA	REVISTA DE POLITICAS PÚBLICAS DA UFMA
DEBATES EM EDUCAÇÃO	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL
EDUCAÇÃO E PESQUISA	REVISTA DISSERTATIO DE FILOSOFIA
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	REVISTA EQUADOR
PESQUISA	REVISTA GÊNERO
ESBOÇOS	REVISTA GEOGRÁFICA ACADÊMICA
ESPAÇO AMERÍNDIO	REVISTA GEOTEMAS
GEOSUL	REVISTA NERA
INTERFACE	REVISTA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA
INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS	REVISTA SOCIEDADE E TERRITÓRIO
O SOCIAL EM QUESTÃO	REVISTA TAMOIOS
OIKOS: FAMÍLIA E SOCIEDADE EM DEBATE	REVISTA THEMA
PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	VIVÊNCIA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA
PESQUISA EM FOCO	

Fonte: Elaboração do próprio autor

Tabela 4 - Exemplos de periódicos científicos com forte inserção na área da Biodiversidade, indexados na base *Web of Science*, com fator de impacto (FI), mas classificados nos estratos B do Qualis 2017-2020. Dados obtidos em <https://sucupira.capes.gov.br/> (Acesso em 03/10/2023)

Título	Qualis	FI 2022
AQUATIC ECOSYSTEM HEALTH & MANAGEMENT	B1	0.8
AQUATIC LIVING RESOURCES	B1	1.1
BIOINVASIONS RECORDS	B1	1.4
BIOTA NEOTROPICA	B1	1.2
CANADIAN JOURNAL OF MICROBIOLOGY	B1	2.8
CHELONIAN CONSERVATION AND BIOLOGY	B1	0.7
CONSERVATION SCIENCE AND PRACTICE	B1	3.1
CURRENT MICROBIOLOGY	B1	2.6
HERPETOLOGICAL CONSERVATION AND BIOLOGY	B1	0.6
ICHTHYOLOGICAL RESEARCH	B1	1.2
JOURNAL OF COASTAL RESEARCH	B1	1.1
JOURNAL OF FRESHWATER ECOLOGY	B1	1.3
JOURNAL OF INSECT BIODIVERSITY	B1	0.4
NEW ZEALAND JOURNAL OF ZOOLOGY	B1	1.3
PLANT ECOLOGY AND EVOLUTION	B1	1.1
REVISTA BRASILEIRA DE ZOOLOGIA	B1	0.54
THE JOURNAL OF THE TORREY BOTANICAL SOCIETY	B1	0.3
VERTEBRATE ZOOLOGY	B1	2.1
ANNALES DE LIMNOLOGIE	B2	1
APPLIED ECOLOGY AND ENVIRONMENTAL RESEARCH	B2	0.7
CHECK LIST	B2	0.4
COMMUNITY ECOLOGY	B2	1.7
CYBIUM	B2	0.7
FISHES	B2	2.3
INTERCIENCIA	B2	0.4
JOURNAL OF APPLIED AQUACULTURE	B2	1.2
JOURNAL OF APPLIED ICHTHYOLOGY	B2	0.9
NEOTROPICAL BIOLOGY AND CONSERVATION	B2	0.7
PLANKTON & BENTHOS RESEARCH	B2	0.6
PLANTA DANINHA	B2	0.8
SOCIOBIOLOGY	B2	0.9
ACTA ICHTHYOLOGICA ET PISCATORIA	B3	1
AQUATIC INSECTS	B3	0.8
CURRENT HERPETOLOGY	B3	0.7
ECOLOGICAL RESTORATION	B3	1.6
REVISTA BRASILEIRA DE ORNITOLOGIA	B3	0.2
TRANSACTIONS OF THE AMERICAN ENTOMOLOGICAL SOCIETY	B3	0.6
PEOPLE AND NATURE	B4	6.1

Fonte: Elaboração do próprio autor.

Tabela 5 - Exemplos de periódicos científicos com forte inserção na área da Biodiversidade, importantes na cultura científica do Brasil e da América do Sul, mas classificados nos estratos B e C do Qualis 2017-2020. Dados obtidos em <https://sucupira.capes.gov.br/> (Acesso em 03/10/2023)

Título	Qualis
BIOTA NEOTROPICA	B1
IHERINGIA. SÉRIE ZOOLOGIA	B1
NEOTROPICAL HELMINTHOLOGY	B1
REVISTA BRASILEIRA DE ZOOLOGIA	B1
ACTA BIOLOGICA BRASILIENSIA	B2
ACTA LIMNOLÓGICA BRASILIENSIA	B2
ACTA SCIENTIARUM. BIOLOGICAL SCIENCES	B2
ECOLOGÍA AUSTRAL	B2
INTERCIENCIA	B2
PAPÉIS AVULSOS DE ZOOLOGIA	B2
PLANTA DANINHA	B2
IHERINGIA. SÉRIE BOTÂNICA	B3
OECOLOGIA AUSTRALIS	B3
PAN-AMERICAN JOURNAL OF AQUATIC SCIENCES	B3
REVISTA BRASILEIRA DE ORNITOLOGIA	B3
ARQUIVOS DO INSTITUTO BIOLÓGICO	B4
BIOTA AMAZÔNIA	B4
ATUALIDADES ORNITOLÓGICAS	C
BOLETIM DE BOTÂNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	C
COTINGA	C
HERPETOLOGIA BRASILEIRA	C
BOLETIM DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ICTIOLOGIA	C

Fonte: Elaboração do próprio autor.

9. Desqualificação de periódicos científicos

A cultura do Qualis tem enorme potencial de afetar a dinâmica das publicações e divulgação científica, pois induz o fluxo de manuscritos para os periódicos. Minha atuação em corpo editorial de revistas nacionais e internacionais tem permitido acompanhar esse fenômeno, a julgar que revistas nacionais sérias, tradicionais e consagradas, porém classificadas em Qualis B, têm experimentado fluxo de submissões minguantes. É compreensível, pois docentes e discentes, por orientação (ou regra) dos PPGs, têm sido constrangidos a escolher as revistas pelo Qualis. Revistas de sociedades científicas (*e.g.*, Revista Brasileira de Zoologia, Acta Limnologica Brasiliensia, Brazilian Journal of Ecology, Revista Brasileira de Ornitologia, Neotropical Ichthyology) têm sido especialmente vulneráveis a esta distorção (Tab. 5). Este fenômeno escancara o contrassenso da metodologia, pois desqualifica revistas puro sangue, feitas por iniciativa de cientistas para cientistas, com menor influência de mercado,

grandes editoras ou objetivos não-científicos. Receber uma classificação ruim no Qualis tem efeitos duráveis por pelo menos 4 anos, e pode significar a morte lenta do periódico.

10. Estímulo às más práticas acadêmicas

A cultura produtivista irrefletida, com a necessidade de se atender métricas de produção, tem estimulado condutas questionáveis, muitas das quais violam abertamente questões éticas. Isso inclui, por exemplo, a seleção de revistas pelo Qualis, a busca por revistas predatórias, a atribuição indevida de coautoria à discentes e docentes, a fragmentação de trabalhos para inflar a produção (*salami science*), a busca pela publicação de qualquer coisa (i.e., dados deficientes), o plágio parcial ou total de trabalhos já publicados, uso de inteligência artificial, ou mesmo joguetes de citação para alavancar o Qualis de periódicos. Mesmo a publicação das teses/dissertações tem trazido questões éticas importantes, pois muitos trabalhos não são publicados pelos discentes, mas pelos orientadores, o que gera resultados artificiais na avaliação do PPG – e contesta o argumento de que a produção pode ser usada como indicador de formação. Infelizmente, temos testemunhado, nos porões da rotina acadêmica, que estas condutas são crescentes e estimuladas pela pressão de publicação para atender critérios de produtividade. Pior, temos testemunhado que estas práticas estão se tornando eticamente aceitáveis em muitos círculos acadêmicos.

11. Complexidade desnecessária

Os docentes e discentes, de maneira geral, não entendem os procedimentos e resultados da avaliação da Capes. De fato, a avaliação é muito complexa, calcada em um volume grande de dados e métricas. O entendimento desta complexidade exigiria bons esclarecimentos e elevada transparência, o que não é o caso quando se consulta a ficha de avaliação ou outros documentos da Capes, marcados por explicações superficiais e insuficientes. Por exemplo, aspectos básicos sobre o preenchimento da plataforma Sucupira permanecem misteriosos para grande parte da comunidade, para não dizer sobre a metodologia do processo, cálculo do Qualis, ou detalhes da Ficha de Avaliação. Dúvidas básicas (e.g., importação de produção, inserção de titulados, produtos destaque, vinculação de projetos) são recorrentes entre os coordenadores de PPG; questões mais complexas (e.g., Autoavaliação, Proposta do PPG) tendem a gerar debates insolúveis, confusão em fóruns de discussão, ou mesmo vácuos em Pró-Reitorias.

12. Metodologia pouco científica

As deficiências de entendimento sobre o processo avaliativo não podem ser atribuídas à incompetência de docentes e discentes (afinal, são cientistas), mas à complexidade exagerada e desnecessária da metodologia, combinada à falta de transparência e clareza. É preciso destacar que o trunfo do método científico é justamente estruturar a pesquisa de forma que o cientista possa compreender plenamente o procedimento, permitindo checar a validade dos resultados. Aspectos obscuros sobre o método diminuem a qualidade científica da abordagem, prejudicando a compreensão, avaliação e a replicação do estudo; artigos com procedimentos obscuros são rejeitados. É muito sintomático que os coordenadores, docentes e discentes não consigam, a partir da orientação da ficha de avaliação, calcular as métricas do PPG de modo que os resultados sejam exatamente os mesmos da avaliação. Tudo fica aproximado – ou errado. Isso não pode ser ignorado, afinal a avaliação determina o planejamento do curso. Logo, os procedimentos de avaliação na área da Biodiversidade têm baixa qualidade científica.

13. Insegurança nos procedimentos

Os docentes que acompanham as avaliações quadrienais desde 2013 (e mesmo antes disso) sabem que a avaliação é inconstante e imprevisível, pois a regras são alteradas em cada quadriênio, geralmente apresentadas no meio ou final do período de avaliação. É verdade que o critério principal tem se mantido (i.e., produção intelectual), mas os procedimentos são amplamente modificados (i.e., itens de avaliação, métricas), bem como o sistema Qualis (i.e., divisão em grandes áreas, Qualis único, atualizações). O modelo busca por aprimoramentos sequenciais, mas na verdade tem gerado insegurança e inconsistências, prejudicando o planejamento dos PPGs. Por exemplo, no quadriênio 2017-2020 havia a expectativa de uma mudança substancial no modelo (e.g., incorporação de aspectos qualitativos e autoavaliação), então impedida por ação judicial. Diante desta insegurança jurídica, e das mudanças inerentes ao processo avaliativo, fica a insegurança de como será conduzida a avaliação no quadriênio 2021-2024.

14. Conceitos artificiais de excelência

A atribuição de conceitos é a ferramenta que estabelece a qualidade do curso. Conceito 7 tipifica PPGs de excelência, enquanto que conceitos abaixo ou igual a 3 caracterizam cursos como fracos ou em consolidação. A metodologia vale para todas as áreas, o que significa que um PPG de conceito 7 na Biodiversidade é tão excelente quanto um curso de conceito 7 na área Interdisciplinar, Educação, Direito, ou qualquer outra área. Contudo, cursos de

áreas diferentes não se equivalem, pois são avaliados por Fichas de Avaliação específicas, com diferentes quesitos e metodologias. É desejável que cada Área tenha seus critérios, mas neste cenário, critérios muito rigorosos em uma determinada área podem induzir desigualdades artificiais, como é o caso na Área da Biodiversidade, que tem criado assimetrias dentro de universidades, impondo barreiras por vezes intransponíveis ao progresso de cursos com limitações na produção científica. Paralelamente, cursos de outras áreas, também com perfil docente pouco produtivo, conseguem subir progressivamente de conceitos e se consolidar junto à avaliação e instituição. Não seria exagero supor que um PPG conceito 6 ou 7 em uma área menos produtivista receberia conceito 3 na Biodiversidade, considerando os critérios rigorosos desta. Nisso, os cursos da Biodiversidade, impedidos *ipsis literis* pelos critérios de produção, além de ficarem estigmatizados como cursos fracos, se vêm impedidos de evoluir na massa crítica de docentes e discentes, abertura de doutorado, e manutenção de fomento. Cabe mencionar, inclusive, a migração de docentes menos produtivos de cursos da Biodiversidade para cursos de outras áreas, onde se encaixam, ganham relevância e contribuem para a evolução do PPG. Fica clara a artificialidade dos conceitos: um mesmo docente, com a mesma atuação, pode, a depender da área, estagnar um curso ou determinar seu sucesso.

15. Burocracia exagerada

A avaliação tem como base os dados informados anualmente pelos PPGs no preenchimento da Plataforma Sucupira, um sistema que reúne as principais atividades dos programas. O volume de trabalho exigido no preenchimento, entretanto, é extenuante. O detalhamento é exagerado, o que exige meses de esforço (e saúde) dos coordenadores de PPG. No geral, os docentes e discentes dos PPGs não conhecem a plataforma e, por isso, não conseguem dimensionar seus exageros. O descontentamento de coordenadores, entretanto, é universal; quem a preenche compartilha sentimentos negativos de frustração, impotência, abuso e desinteligência, experimentando crescente ansiedade, confusão, indignação e frustração. Analisando estrategicamente o processo avaliativo, é difícil compreender o sentido de se ocupar coordenadores de PPGs, que representam a nata da pesquisa em biodiversidade no Brasil, com esta tarefa de burocracia exagerada. A Plataforma Sucupira poderia coletar os mesmos dados e cumprir com a mesma função sendo mais simples, direta e eficiente (e.g., melhor integrada com outras bases de dados).

16. Degradação da saúde mental

O declínio da saúde mental dos pós-graduandos é um padrão bem conhecido no país (JUNTA, 2017; COSTA e NEBEL, 2018). No entanto, o modelo de avaliação, nos seus muitos desdobramentos, tem contribuído

decisivamente em piorar o estado de saúde mental da comunidade acadêmica. Todos os pontos negativos e prejuízos analisados aqui se somam para criar um ambiente tóxico de emoções fortes, dominado por cansaço, ansiedade, irritação e frustração. A PG é naturalmente um ambiente duro, caracterizado por múltiplas pressões, prazos e cobranças, mas a atual conjuntura tem agravado sobremaneira este cenário (JORNAL DA UNICAMP, 2024; ANDRADE, 2024). A resposta tem sido o declínio da saúde mental do pessoal envolvido, mesmo de figuras produtivas que conseguem atender aos critérios da avaliação – caso dos coordenadores de PPGs. A atual epidemia de saúde mental na PG brasileira é a epítome dos prejuízos gerados pelo processo avaliativo da Capes, especialmente na Área da Biodiversidade.

MODELOS ALTERNATIVOS

Diante deste quadro, é oportuno refletir sobre os pontos negativos, desconfortos, distorções, e prejuízos, de modo a buscar por alternativas que minimizem ou resolvam *tradeoffs* entre formação, produção, impacto e outros aspectos. Apreciar elementos em outros modelos de avaliação pode ser uma estratégia válida, especialmente formas que simplifiquem e descentralizem o processo avaliativo (e.g., acreditação, autoavaliação; VERHINE, 2022; CORRÊA DA SILVA et al., 2023). Por exemplo, a CAPES poderia apenas certificar os PPGs. Essa abordagem permitiria que a Área da Biodiversidade (e outras áreas) avaliasse, de maneira objetiva e mais simples, a existência de condições mínimas de funcionamento de acordo com o objetivo da área. Este tipo de certificação poderia considerar os quesitos que já figuram na ficha de avaliação, buscando simplicidade, transparência e equilíbrio dos métodos, métricas, procedimentos e resultados. Nisso, a abolição do sistema de conceitos e sua metodologia, ao menos no formato atual, deve ser uma possibilidade a ser considerada, visto que são os responsáveis pelas distorções do modelo vigente. Está mais do que claro que os contextos entre os PPGs são variados, e que as vocações individuais de cada programa devem ser valorizadas. Nesta perspectiva, os PPGs teriam por obrigação atender condições mínimas para a formação de pessoal na área da Biodiversidade, mas teriam a oportunidade de estabelecer seus perfis de formação e atuação, construir suas próprias avaliações, trajetórias, notoriedade e excelência. As diferenças (quaisquer que sejam) entre PPGs certificados podem ser vistas como complementares, e os candidatos teriam a liberdade de procurar os cursos de acordo com suas oportunidades, vocações e objetivos.

Não existe solução única e simples para a avaliação de fenômenos complexos, no caso, programas de Pós-Graduação. É salutar considerar, portanto, que a revisão do modelo atual, ou mesmo a construção de um novo, deva partir da ampla participação da comunidade dos PPGs em Biodiversidade.

Isto não tem acontecido, pois a ficha de avaliação e a metodologia são apresentadas prontas. Argumentos banais como “a Capes somos nós” ou “nós criamos a avaliação” não são verdadeiros; os PPGs são submetidos ao processo. As possibilidades de revisão na ficha (e no próprio processo avaliativo da Capes) são mínimas, e as reuniões de Meio Termo são usadas para esclarecer e ratificar a ficha, jamais repensar, rever ou mudar as regras.

CONCLUSÃO

O cerne desta crítica ao processo avaliativo da Capes na Área da Biodiversidade se baseia na forte sobreposição entre a cultura produtivista e a missão da PG. Devo destacar que tenho uma vida acadêmica dedicada à produção científica, i.e., tenho sido, inclusive, bolsista produtividade do CNPq nos últimos 12 anos. No entanto, entendo que a produção científica constitui uma das ações da PG, não a sua missão. A inversão desta ordem tem trazido uma série de consequências, conforme procurei expor neste ensaio. Eu compreendo que algumas pessoas possam ter outros entendimentos, especialmente aquelas mais envolvidas com a produção científica, ou mesmo que acreditam e buscam por mais “aperfeiçoamentos” do atual processo avaliativo. Tais visões, entretanto, se justificam na medida em que a Área da Biodiversidade assuma, explicitamente, que o propósito da avaliação é averiguar a produção científica qualificada – o que significa assumir que a missão da PG é a produção intelectual. Não se pode descartar esta opção – a qual tem gerado resultados positivos para o crescimento da produção científica nacional. No entanto, uma vez adotada como missão, a Área da Biodiversidade e todos nós, por questão de coerência e ética, devemos também assumir, explicitamente, a responsabilidade pelas consequências deste modelo.

Esta análise focou na Área da Biodiversidade, mas muitas das distorções e mazelas apontadas são comuns às outras Áreas (e.g., SILVA et al., 2014; TOURINHO e PALHA, 2014; COSTA e NEBEL, 2018; PATRUS et al., 2018; FERREIRA, 2023). Além disso, alguns problemas apontados se referem ao processo avaliativo da Capes (e.g., Sucupira, Qualis, Conceitos), indicando que o processo como um todo precisa de reflexão. Romper com o atual modelo, entretanto, será difícil, pois envolve burocracia estatal, controle, *status quo* e elitismo, o que exigiria muita coragem e mobilização dos PPGs. O sistema atual pode ser conveniente para certos nichos, mas há muitos prejuízos comuns. Seria importante entender quem é injustamente favorecido e injustamente prejudicado por este modelo, e também entender a quem ele interessa e atende. Na atual conjuntura, na condição de docente de PPG, entendo que mudanças na avaliação são necessárias, na direção de um processo mais simples, que seja compreensível, justo e significativo, e que tenha potencial real de contribuir para o crescimento, universalização e democratização da PG no Brasil.

Adendo

Em outubro de 2024, a Capes decidiu por abandonar o sistema Qualis, uma ferramenta que vigorou desde a década de 2000. Essa decisão radical, recebida com certo espanto pela comunidade acadêmica, se alinha com as críticas apresentadas neste ensaio, pois decreta o fracasso de uma metodologia marcada por falhas e distorções. A abolição do *Qualis* é salutar e pode contribuir para a simplificação do processo avaliativo. É muito difícil ou impossível, entretanto, mensurar os prejuízos e custos acumulados por este sistema, especialmente a indução de artificialidade no desempenho e na conceituação dos programas. Segundo a Capes, haverá mudança conceitual no processo, embora os novos rumos permaneçam incógnitos. A nova metodologia não foi foco de amplo debate com a comunidade, além de não ter sido esclarecida suficientemente até o momento.

Agradecimentos

Sou grato ao campus de Porto Nacional (UFT) e aos cursos de Ciências Biológicas e Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação (PPGBec) pelo constante suporte às minhas atividades de pesquisa e docência, disponibilizando infraestrutura, recursos e apoio logístico. Agradeço ao CNPq pela concessão da Bolsa de Produtividade em Pesquisa (Processo 312256/2020-5). Agradeço também aos colegas de PPGBec (UFT) Carine Chamon, Fabyano Lopes e Tiago Krolow pela leitura crítica do manuscrito e constante troca de ideias.

Referências Bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Considerações sobre o processo de avaliação da pós-graduação da Capes. Contribuição da Academia Brasileira de Ciências.** Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, 14 p. 2018.

ANDRADE, R.O. Brazil's plummeting graduate enrolments hint at declining interest in academic science careers. **Nature, Career News.** 21 de maio de 2024. Acesso: maio de 2024. doi: <https://doi.org/10.1038/d41586-024-01504-8>

AZEVEDO-SANTOS, V.M.; RODRIGUES-FILHO, J.L.; FEARNSTIDE, P.M.; LOVEJOY, P.M.; BRITO, M.F.G. Conservation of Brazilian freshwater biodiversity: Thinking about the next 10 years and beyond. **Biodiversity and Conservation.** v. 30, p. 235–241. 2021.

BARATA, R.C.B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação.** v. 13, n. 30, p. 13-40. 2016.

CAMPOS, V.T.B.; BORGES, M.F.; ARAÚJO, J.B. Programa de acompanhamento e avaliação da Capes: qualidade acadêmica ou controle do estado. **Revista Educação e Políticas em Debate.** v. 3, n. 1, p. 193-210. 2014.

CORRÊA DA SILVA, J.R.; COSTA, A.M; LIMA, M.A.; MUSSI, C.C. Avaliar para quê? uma análise qualitativa do processo de autoavaliação. **Estudos em Avaliação Educacional**. v. 34, e09683. 2023.

COSTA, E.G.; NEBEL, L. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis, Revista Latinoamericana**. v. 50, p. 207-227. 2018.

DINIZ-FILHO, J.A.F. Avaliando a Produção Científica na Pós-Graduação. **Ciência, Universidade e Outras Ideias**. 09 de outubro de 2023. Acesso: novembro de 2023. <https://www.blogalexdiniz.com/post/avaliando-a-producao-cientifica-na-pos-graduacao>

FERREIRA, C.G. CAPES: Um estudo sobre o produtivismo acadêmico e os saberes “hegemônicos”. **Revista Valore**. v. 8, p. 10-29. 2023.

JORNAL DA UNICAMP. A crise de identidade da pós-graduação. **Jornal da Unicamp**, Pró-reitoria de Pós-Graduação. 04 de março de 2024. Acesso: maio de 2024. <https://www.prpg.unicamp.br/noticias/a-crise-de-identidade-da-pos-graduacao/>

JUNTA, C. Estresse e depressão na pós-graduação: uma realidade que a academia insiste em não ver. **Associação Nacional de Pós-Graduandos**. 2017. Acesso em: novembro de 2023. <http://www.anpg.org.br/03/04/2017/estresse-e-depressao-napos-graduacao-uma-realidade-que-a-academia-insiste-em-nao-ver>

O GLOBO. Professores da USP criticam método de avaliação da Capes. **O Globo**. 04 de novembro de 2017. Acesso: novembro de 2023. <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/enem-e-vestibular/professores-da-usp-criticam-metodo-de-avaliacao-da-capes-21904974>

PATRUS, R.; SHIGAKI, H.B.; DANTAS, D.C. Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da Capes. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 16, n. 4, p. 642-655. 2018.

PELICICE, F.M. Weak democracies, failed policies, and the demise of ecosystems in poor and developing nations. **Tropical Conservation Science**. v. 12, p. 1–9. 2019.

PELICICE, F.M. Reflexões de um Programa de Pós-Graduação Nota 3. **Ciência, Universidade e Outras Ideias**. 26 de março de 2020. Acesso: novembro de 2023. <https://www.blogalexdiniz.com/post/reflexoes-de-um-programa-de-pos-graduacao-nota-3>

ROCHA-E-SILVA, M. O novo Qualis, que não tem nada a ver com a ciência do Brasil. Carta Aberta ao Presidente da Capes. **Clinics**. v. 64, n. 8, p. 721-724. 2009.

ROTHEN, J.C.; GOMES, L.R.; OLIVEIRA, M.E.N. A autonomia-heterônoma na gestão da pós-graduação no Brasil: o caso PPGE-UFSCAR. **Estudos em Avaliação Educacional**. v. 33, e08515. 2022.

SALLES, S. Critérios da Capes para bolsas geram críticas na academia. **Jornal da USP**. 31 de julho de 2020. Acesso: novembro de 2023. <https://jornal.usp.br/universidade/criterios-da-capes-para-bolsas-geram-criticas-na-academia/>

SILVA, J.V.P.; GONÇALVES-SILVA, L.L.; MOREIRA, W.W. Produtivismo na pós-graduação. Nada é tão ruim, que não possa piorar. É chegada a vez dos orientandos! **Movimento**. v. 20, n. 4, p. 1423-1445. 2014.

TOURINHO, M.M.; PALHA, M.D.C. A Capes, a universidade e a alienação gestada na pós-graduação. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 12, n. 2, p. 270-283. 2014.

VERHINE, R.E. Garantia de qualidade do ensino superior: o caso dos Estados Unidos. **Estudos em Avaliação Educacional**. v. 33, e09022. 2022

ZUIN, A.A.S.; BIANCHETTI, L. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**. v. 45, n. 158, p. 726-750. 2015.